

Previdência social

# Economia

# 193

MIL EMPREGOS. O nível de emprego na construção civil brasileira cresceu 7,87% no acumulado do ano até abril, com a contratação de 193.386 trabalhadores formais, de acordo com a pesquisa mensal da FGV.

AJ13451

**Benefícios.** Aumento, segundo o Ministério da Previdência, será retroativo a janeiro deste ano

## Lula aprova reajuste de 7,7% a aposentados e veta fim de fator

**Aposentados e pensionistas vão receber o aumento a partir de agosto, segundo Previdência**

BRASÍLIA

■ O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu sancionar o aumento de 7,7% para os aposentados que ganham mais de um salário mínimo, aprovado pelo Congresso. Lula, no entanto, vetou o fim do fator previdenciário - mecanismo que achata os ganhos daqueles que se aposentam precocemente.

Cerca de 8,3 milhões de beneficiários receberão o aumento, segundo o Ministério da Previdência Social. O valor será processado na folha de pagamento de julho para que os aposentados e pensionistas possam receber mais a partir de agosto.

Como os aposentados já receberam, em janeiro, um reajuste de 6,14%, será creditada ainda a diferença, retroativa a janeiro, de 1,57 ponto percentual. Esse

valor também pode ser pago no mês de agosto, mas ainda não há confirmação. "O retroativo a janeiro poderá ser pago na mesma folha (agosto), dependendo da disponibilidade de recursos", afirmou o Ministério, em nota.

O anúncio foi feito ontem, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, que informou que a decisão de sancionar o reajuste dos aposentados tem um impacto fiscal de R\$1,6 bilhão, que será compensado este ano com corte de despesas da mesma magnitude no orçamento.

Mantega afirmou que o governo tem o compromisso de cumprir a meta de superávit primário do setor público de 3,3% do PIB este ano. De acordo com o ministro, os cortes a serem feitos no orçamento ocorrerão em gastos de custeio e também nas emendas parlamentares, mas não atingirão os investimentos públicos.

"Todos devem dar sua contribuição. O governo está dando sua contribuição no custeio e o Congresso com as

emendas. Se o Congresso fez uma opção, também tem de se responsabilizar por ela".

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na tarde de ontem, disse que o presidente estava "extremamente aliviado e feliz" após decidir sancionar o reajuste de 7,7% aos aposentados que ganham acima de um salário mínimo.

"A primeira coisa que o presidente me disse foi: 'acabei de decidir a questão dos aposentados e acho que foi a melhor decisão que poderia tomar'", contou Gurgel, que disse ainda que Lula mencionou que "não custaria tanto" atender a essa parcela menos favorecida da população.

O impacto da manutenção do índice de 7,7% será, em 2010, de uma despesa adicional de R\$1,6 bilhão. O líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (SP), disse que prevaleceu a avaliação política.

ABR



CORTES. Congresso deve se responsabilizar, diz Mantega



“O índice é baixo porque o aposentado brasileiro recebe mal. Pena que o fator previdenciário não acabou”

RITA DE CÁSSIA SALDANHA  
TELEFONISTA

## Mobilização contra o fator

**Oposição vai discutir se vai se mobilizar a fim de derrubar o veto de Lula ao fim do fator previdenciário**

nimidade no Senado.

Criado em 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de reduzir os benefícios de quem se aposenta antes da idade mínima, o fator leva em conta para o cálculo do

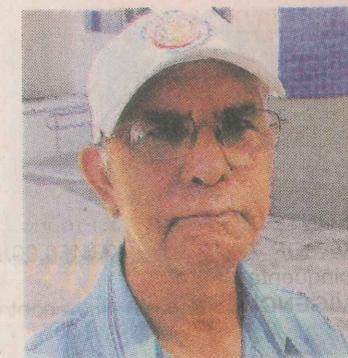
rio. No caso dos trabalhadores que começaram a contribuir antes de 28 de novembro de 1999, valem os 80% maiores salários desde julho de 1994.

O cidadão pode consultar o fator previdenciário de

### Lei para igualar o aumento dos segurados

■ Os aposentados não estão completamente satisfeitos com o reajuste de 7,71%. Eles querem mais e esperam que,

“Queremos uma lei definitiva, como uma que garanta um aumento de 100% do PIB todos os anos. Outra questão é sobre a igualdade no reajuste. Tanto quem ganha um salário mínimo quanto quem ganha mais deve ter o mesmo direito. Não adianta dar esse reajuste se não fo-



# Mobilização contra o fator

## Oposição vai discutir se vai se mobilizar a fim de derrubar o veto de Lula ao fim do fator previdenciário

■ “Este veto ao fator é uma grande decepção. Isso é um desrespeito ao Congresso e uma injustiça com os aposentados”, disse o líder do DEM, José Agripino. Ele afirmou ainda que a oposição vai discutir se fará uma mobilização para derrubar o veto do presidente. Ele destacou que o fim do fator foi aprovado por “esmagadora maioria” na Câmara e por una-

nimidade no Senado.

Criado em 1999 no governo Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de reduzir os benefícios de quem se aposenta antes da idade mínima, o fator leva em conta, para o cálculo do benefício: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência e expectativa de vida.

O fator afeta o benefício dos trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição. A aposentadoria é calculada da seguinte forma: o valor dos 80% maiores salários de contribuição do trabalhador é multiplicado pelo fator previdenciário.

No caso dos trabalhadores que começaram a contribuir antes de 28 de novembro de 1999, valem os 80% maiores salários desde julho de 1994.

O cidadão pode consultar o fator previdenciário de acordo com sua idade e tempo de contribuição em tabela fornecida pela Previdência. Hoje, o fator previdenciário para alguém de 50 anos que se aposenta com 30 anos de contribuição, por exemplo, é de 0,513 – o que significa que o cidadão recebe, com o fator, pouco mais da metade do que receberia caso o fator não fosse aplicado.

## Elogios ao aumento, críticas ao veto

■ A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em conceder o aumento de 7,7% para aposentadorias acima do mínimo foi comemorada por parlamentares da base aliada e da oposição. O senador Paulo Paim (PT-RS), um dos principais defensores do reajuste no Congresso, elogiou a postura do presidente, mas disse que continuará lutando pelo fim do fator previdenciário, que foi vetado por Lula. “Eu esperava a sanção do reajuste. Quanto ao fim do fator previdenciário, só posso dizer que vou continuar lutando por sua derrubada”.

Para a oposição, o ano eleitoral levou o presidente Lula a não cometer uma “injustiça” com os aposentados do país. “O momento eleitoral nos ajudou a fazer justiça com os aposentados”, observou o líder do DEM, senador José Agripino (RN).

A Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) comemoraram a decisão do presidente Lula. Por meio de nota, a Força Sindical considerou a atitude de Lula “uma clara demonstração de sensibilidade social”.

Em nota, a CUT disse que a decisão foi positiva, mas reclamou do veto do presidente Lula ao fim do fator previdenciário. “A manutenção do fator previdenciário faz a CUT continuar na luta pela extinção desse perverso mecanismo”.

## O aumento e o seu bolso

Veja o impacto dos 7,71% no seu orçamento

■ O governo vai conceder o aumento de 7,71%. Como os aposentados já receberam, em janeiro, um reajuste de 6,14%, será creditada a diferença de 1,57 ponto percentual. Cerca de 8,3 milhões de beneficiários receberão o aumento. O valor do aumento será processado na folha de pagamento de julho para que os aposentados e pensionistas possam receber mais em agosto. O retroativo pode ser pago em agosto, mas ainda não há confirmação.

### EXEMPLO I

■ Salário em 2009: R\$ 1 mil

■ Aumento de 6,14%: R\$ 1.061,14  
■ Novo reajuste de 7,71%: R\$ 1.077,10  
■ Diferença salarial: R\$ 15,96  
■ Retroativo de janeiro a maio: R\$ 79,65

### EXEMPLO II

■ Salário em 2009: R\$ 3 mil  
■ Aumento de 6,14%: 3.184,20  
■ Novo reajuste de 7,71%: R\$ 3.231,30  
■ Diferença salarial: R\$ 47,10  
■ Retroativo de janeiro a maio: R\$ 235,50

## A novela em torno do valor das aposentadorias

Entre as propostas, reajuste de 7% e de 8,7%

■ Como surgiu a história do reajuste. No final do ano passado, o governo enviou ao Congresso uma medida provisória que dava reajuste de 6,14% para os aposentados que ganham acima do salário mínimo. O deputado Cândido Vaccarezza fez um projeto de lei à medida provisória para aumentar o reajuste.

■ Mudanças. Na Câmara, foram feitas emendas à MP, com várias propostas de

reajustes (7%, 7,71% e 8,7%), além da emenda sobre o fim do fator previdenciário.

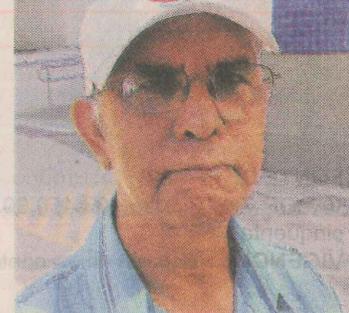
■ Aprovação. Em 4 de maio, a Câmara aprovou o reajuste de 7,71% e também o fim do fator previdenciário.

■ Senado. As duas propostas foram encaminhadas e aprovadas pelo Senado. Ontem, o presidente aprovou o reajuste de 7,71% e vetou o fim do fator previdenciário.

## Lei para igualar o aumento dos segurados

■ Os aposentados não estão completamente satisfeitos com o reajuste de 7,71%. Eles querem mais e esperam que, até o final do ano, outros benefícios desponham no Congresso. Segundo o presidente da Federação dos Aposentados de São Paulo e conselheiro da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Benedito Marcílio Alves da Silva, o desafio agora é aprovar o projeto de lei que iguala os reajustes dos segurados do INSS.

“Queremos uma lei definitiva, como uma que garanta um aumento de 100% do PIB todos os anos. Outra questão é sobre a igualdade no reajuste. Tanto quem ganha um salário mínimo quanto quem ganha mais deve ter o mesmo direito. Não adianta dar esse reajuste se não forem feitas melhorias para que os aposentados recuperem o poder de compra. O aumento de 7,7% já foi o primeiro passo para que o governo reconheça a importância dos aposentados. Vamos continuar nos manifestando, realizando protestos no Congresso para reivindicar mudanças positivas para os aposentados”, afirma.



“O salário do aposentado está muito defasado. O pior é que esse fator previdenciário ainda resiste”

VALDIR DA SILVA  
SEGURANÇA

## O fator previdenciário

Entenda a saga do achatamento dos benefícios

■ Fim do fator previdenciário. O deputado Fernando Corója fez uma emenda, prevendo o fim do fator previdenciário, ao projeto de lei que dava reajuste maior aos aposentados. A emenda foi vetada pelo presidente. Se tivesse sido sancionada, a medida valeria a partir de 1º de janeiro de 2011.

■ Benefício da emenda. Com o fim do fator previdenciário, o segurado que se aposentasse por tempo de serviço receberia um benefício integral, sem qualquer corte.

■ Alternativas ao fator. Uma das ideias seria a criação do fator 85/95. Pela regra atual, o trabalhador que se aposenta por tempo de serviço tem a aplicação do fator previdenciário. Já o fator 85/95 daria ao trabalhador um benefício integral quando a soma da idade com a contribuição completasse 85 para as mulheres e 95 para os homens.